

Mário Martins Viana Júnior

Doutor em História da UFSC.

Professor do Curso de História da UFC

PÚBLICAS EXPERIÊNCIAS FEMININAS (1920-1940)

Resumo

Este artigo analisa as mudanças ocorridas entre as décadas de 1920 e 1930, no que diz respeito à ampliação da participação das mulheres em atividades públicas no Brasil e, em particular, na cidade de Fortaleza. Mais do que um processo ditado e controlado pelos homens, a ampliação e diversificação dos trabalhos das profissionais liberais compunham um movimento de inserção que visibilizava e questionava as contradições de gênero.

Palavras-chave: xxx

A administração dos bens pessoais, e mesmo familiares, ou o simples fato de advir de uma camada social abastada permitia que algumas mulheres sentissem o desenvolvimento urbano fortalezense de modo diferenciado. Aquelas com maior poder aquisitivo inseriram-se de forma mais proveitosa, podendo romper, algumas vezes, com as barreiras que lhes eram impostas. Tal era a situação das mulheres que tinham acesso à educação e que, dessa forma, possuíam mais chances de conseguir empregos na esfera pública e, assim, certa independência econômica frente aos pais, irmãos ou maridos, em suma, ao *pátrio poder*.

Maria Amélia Maia Espíndola parecia ser uma dessas mulheres. Casada, exercia o cargo de funcionária pública federal e parecia dispor livremente de seu capital financeiro, tanto que, em fevereiro do ano de 1929, efetuou a compra de um terreno com cinquenta palmos de frente, pagando a razoável quantia de quinhentos mil réis (500\$000)¹ à Francisca de Oliveira Farias, proprietária e viúva, sem precisar da anuência do marido.²

Certamente, a presença de mulheres no funcionalismo público era marca de uma temporalidade distinta, mas exclusiva da cidade de Fortaleza. O país passava por transformações no âmbito político concernentes aos direitos das mulheres. Era recorrente, em alguns jornais da cidade, a reprodução de textos publicados em periódicos do Rio de Janeiro que destacavam a movimentação em torno da luta pelo “voto feminino”, alcançado em 1932:

A REFORMA ELEITORAL: COMO ESTÁ SENDO RECEBIDO O VOTO FEMININO. Agora é que a campanha começa a concretizar-se em realizações. Não deve ter causado surpresa entre as senhoras que com afincos, vêm trabalhando pela admissão da mulher brasileira na política nacional o reconhecimento do seu direito de voto pelos reformadores da lei eleitoral. Desde muito estão elas desenvolvendo grande atividade junto aos poderes competentes e à imprensa conquistando terreno promissor e adquirindo ambiente rico à sua causa [...].³

¹ Para termos uma noção comparativa das somas negociadas observamos, como exemplo, os valores das passagens de ônibus e suas variações no intervalo de doze anos. Assim, em 1927, as passagens de ida e volta do Centro para o Otávio Bonfim, Porangaba e Mondubim custavam, respectivamente, \$600, \$600 e \$800. Já no ano de 1939 assumiam os valores de \$500, \$900 e 1\$300. O valor da negociação acima equivalia um pouco mais cem vezes o valor de um bilhete de ônibus em 1927. Ver: Biblioteca Pública Menezes Pimentel (BPMP), Obras Raras, Guia Cearense de 1927 e Guia da Cidade de Fortaleza, 1939.

² Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Cartório Ponte, Escrituras particulares, Caixa 04, livro 19, 1929.

³ BPMP, Setor Hemeroteca, Fortaleza, Folha do Povo, 08/10/1931, p. 02.

Esse movimento sufragista, no bojo do feminismo de primeira onda, surgiu do movimento liberal de luta das mulheres. Nele, as reivindicações das mulheres por direitos políticos, sociais e econômicos expressavam o desejo de votar e de serem eleitas. Também se buscava o acesso ao trabalho remunerado, à educação, à propriedade e à herança. Alvos tidos como objetivos principais.⁴

Mesmo com a educação e o labor externo significados por muitas delas como uma ferramenta para enfrentar as adversidades sociais, além de se tornarem práticas urbanas necessárias para a sociedade brasileira de uma maneira em geral, esses aspectos, na maioria das vezes, eram revestidos por concepções tradicionais de gênero. Os conteúdos ensinados às mulheres, bem como os espaços e profissões, poderiam então refletir as intenções de uma feminilidade idealizada, calcada no casamento e na maternidade (BESSE,1999).

A ampliação da participação social de muitas brasileiras seguia características específicas, o que também ocorria com uma parcela das fortalezenses que anunciavam e ofertavam os seus serviços através dos guias turísticos da cidade. Produzidos no sentido de dinamizar as relações comerciais cidadinas, tais catálogos faziam a divulgação de produtos, serviços e estabelecimentos, e informavam sobre a existência dos 154 mil habitantes em Fortaleza, distribuídos nos distritos de Mecejana, Antonio Bezerra, Mondubim e Poranganba, no ano de 1938.⁵

Na seção “Hotéis e Pensões”, dos 25 registros encontrados, dez estabelecimentos eram administrados por mulheres. Prédios que, mesmo não possuindo a imponência e o alcance do Excelsior Hotel de Pierina Rossi, estavam inseridos na dinâmica cidadina, como no caso das propriedades de Terezinha Pontes Menezes, Solange Paula Barros e Hilda Nogueira. Donas, respectivamente, da Pensão Fortaleza, Pensão Nacional e Pensão Internacional.⁶

Ao concedermos atenção à pensão e ao hotel, talvez uma crítica pertinente seja a de encará-los como extensão do lar onde as mulheres apresentavam-se inseridas na dinâmica urbana em uma perspectiva de continuidade dos afazeres domésticos e cuidados familiares. Esses locais semelhantes ao espaço da casa representavam o lugar de descanso e reduto

⁴ Segundo a Joana Maria Pedro (2005), o feminismo como movimento social tem vivido algumas fases, também chamadas de ondas. Enquanto a primeira onda, com origens em fins do século XIX, foi caracterizada pela reivindicação de igualdade e de direitos, os movimentos de segunda fase, surgidos no pós Segunda Guerra, focaram nas lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado (entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres). Foi justamente nesse segundo momento quando se elaborou a categoria gênero, sendo esta tributária, assim, das lutas dos feminismos e do movimento de mulheres

⁵ BPMP, Obras Raras, Guia da Cidade de Fortaleza, 1939, p. 12 e 298.

⁶ Idem, p. 234-236.

daqueles que trabalhavam externamente, na maioria homens, tais como os maridos que cuidavam do provimento da família e que, no retorno ao lar, esperavam a boa acolhida das esposas. Nesse contexto, a calma e a paciência poderiam ser apontadas como marcas de uma feminilidade específica de atenção e dedicação aos outros. Adjetivos atribuídos às esposas no recebimento de seus maridos e, em comparação, às hoteleiras na recepção de seus hóspedes.

Embora essa forma de acesso possa ter sido marcada pela tradicional divisão sexuada dos papéis sociais é necessário não perder de vista a importância do trabalho dessas mulheres fora do espaço doméstico da casa e a complexidade que envolvia suas atividades. Eram trabalhos que marcavam suas vidas diferenciando as relações que elas estabeleciam com outras mulheres e outros homens.

No caso de Pierina Rossi e das outras nove mulheres que se faziam anunciar no Guia de 1939, os estabelecimentos eram próprios, isto é, não se tratavam de empregadas dos hotéis e das pensões. Eram elas mesmas que conduziam e administravam os seus negócios, o que provavelmente denotava independência econômica e pessoal. Para elas, era possível ainda enveredar por outras atividades comerciais, embora o intenso fluxo característico daqueles espaços fosse bastante sugestivo para, por si só, imaginarmos a dinâmica do modo de vida dessas senhoras e senhoritas. Experiências de vida distantes da tipificação feminina idealizada no Código Civil de 1916, que às mulheres, de forma naturalizada, eram atribuídos o espaço do lar e o cuidado da família, em contraposição ao mundo dos negócios de responsabilidade masculina.

Do contato com as mais variadas pessoas, como os(as) clientes, empregados(as), fornecedores(as), os funcionários(as) do serviço público e privado, entre outros(as), essas mulheres tinham suas experiências alargadas cotidianamente. A proximidade com indivíduos de nacionalidades distintas, sujeitos de camadas socioeconômicas diferentes e funcionários do governo significava algumas das múltiplas atividades exercidas na administração desses locais.

Mas eles não eram os únicos. Outra atividade calcada na singular expansão cidadina era o aparecimento de grandes e sortidas mercearias, cafés e botequins. Com o intenso aumento populacional (SILVA FILHO, 2002) esses espaços eram cada vez mais dinamizados e cresciam quantitativamente, além de se espalharem e serem marcados pela presença tanto de homens como de mulheres. Embora estivessem alinhadas na classificação de serviços nos guias da cidade, as mercearias, bodegas e botequins guardavam diferenças e proximidades

entre si que influenciavam no modo dos indivíduos se fazerem presentes e se relacionarem nesses espaços.

As semelhanças se expressavam nas espécies de produtos negociados, os quais, muitas vezes, faziam com que os estabelecimentos fossem confundidos entre si ou tivessem suas definições trocadas pelos próprios usuários. Dessa forma, quando falamos em mercearias, estamos nos referindo aos pontos comerciais por excelência, onde altas somas em dinheiro eram movimentadas, diferentes das bodegas que, menores, dividiam o espaço dos negócios como o lugar da morada.

Quanto aos botequins, ora guardavam semelhança com as grandes mercearias, destinadas a atenderem grupos sociais mais abastados, ora se aproximavam do universo mais pobre, como no caso das bodegas. Fosse entre os mais ricos ou entre os mais pobres, a marca indelével desse espaço era o consumo de bebida alcoólica.

Contudo, essa divisão não era uma regra social. Assim como existiam mercearias mais pomposas, havia aquelas com investimentos mais tímidos, que não eram propagandeadas pelos meios de divulgação local, mas que provavelmente eram conhecidas entre os moradores mais próximos. No entanto, não encontramos indícios do processo inverso relativo às bodegas. Estas pareciam ser espaços exclusivos de uso das camadas menos favorecidas social e economicamente. Aqueles com maior poder de compra se voltavam para os botequins mais sofisticados, “bares, cafés e restaurantes”, inclusive, na área central da cidade.⁷

Nas décadas de 1920 e 30, o lúdico muitas vezes girava em torno dos botequins, além das praças e clubes, enquanto que o abastecimento de provimentos das residências era atributo das sortidas mercearias. Era ainda nesses locais que acontecia a venda das minúcias e parafernalias técnicas da modernização de Fortaleza, aglutinando objetos antigos e novos nas suas prateleiras. Vários destes lugares eram reconhecidos oficialmente, possuindo, inclusive, uma associação beneficente situada na Rua Floriano Peixoto, com prédio próprio estabelecido graças à contribuição de seus associados: a Associação dos Merceeiros.⁸

Feita essa caracterização dos espaços, é importante assinalarmos que nesses espaços, à semelhança das pensões e dos hotéis, a presença das mulheres poderia ser

⁷ O material comercializado nesses estabelecimentos tinha um caráter muito variado. Vendiam-se gêneros alimentícios como carnes, peixes, ovos, manteiga, queijo, doces, sardinhas, entre muitos outros. Também eram negociados pentes, cigarros, fumadores, sapatos, enfiadores de sapatos, roupas, relógios, cordões, etc. BPMP, Obras Raras, Guia da Cidade de Fortaleza, 1939, p. 189

⁸ Idem, p. 35.

apontada como uma extensão dos serviços domésticos. De acordo Susan Besse (1999), boa parte dos críticos sociais do período indicavam e aceitavam o acesso das mulheres a empregos que fossem típicos da “natureza feminina”, isto é, atividades que tinham como base a atenção, o zelo e o serviço em relação ao outro, tal como os cuidados “naturais” da mãe em relação aos filhos e ao marido, fundados no mito do amor materno e da boa esposa.

Tais críticos acreditavam que dessa forma garantiriam a classificação e manutenção do emprego feminino sempre como complementar ao masculino, o que não ameaçaria a divisão sexual do trabalho. Nessa perspectiva, a ação das mulheres, para eles, poderia surgir apenas como mudança de foco sem alterar sua essência: voltava-se para o cliente, mantendo-se a ideia de servir ao outro o que, para nós, sugere uma forma limitada de compreender a importância e o alcance das atividades dessas mulheres.

Das 153 mercearias registradas no Guia de 1939, dez eram pertencentes a mulheres. Embora o número não pareça expressivo, lembramos que esse material era apenas um entre os diferentes meios de divulgação que a cidade possuía. Mesmo assim nem todos os indivíduos que tinham negócios faziam divulgação de forma impressa. Eram esses os casos de Maria Laura de Queiroz, Nilda Garcia Mamede e Nair Vieira, proprietárias de mercearias no Boulevard do Cauípe, na Rua General Sampaio e na Rua Barão do Rio Branco, respectivamente, que foram arrombadas e roubadas entre os meses de agosto e novembro de 1932:

A senhora Nilda Vieira, proprietária da Merceria Lourdes, à rua Barão do Rio Branco esquina com S. Bernardes, trouxe ao conhecimento desta Repartição, que de ontem para hoje, os gatunos arrombaram uma das portas do seu estabelecimento comercial e roubaram os seguintes objetos e mercadorias: 6 kg de manteiga “Santa Elga”, dois milheiros de cigarros no custo de 32\$000, um relógio de pulseira de senhora de ouro no valor de 100\$000, 5 enfiadores de calçados, meia dúzia de pentes no valor de 4\$000 e 45\$000 em dinheiro, contendo prata e níquel.⁹

O acesso a essas informações foi possível somente a partir do Livro de Queixas da I Delegacia, visto que essa senhora não havia anunciado seu estabelecimento nos meios de comunicação aqui sinalizados. Os anúncios pareciam representar um grupo seletivo de negociantes que recebiam convites para divulgar suas casas comerciais, produtos e

⁹ APEC, Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (07/1932 a 05/1935), Caixa 190, n. 37, Queixa n. 35, p. 8.

serviços. O número de mulheres em atividades nas mercearias era maior do que aquele sugerido nos guias da cidade.

Entre esses estabelecimentos existiam ainda importantes diferenças que poderiam influir diretamente na vida de suas proprietárias. Diferenciadas das sortidas mercearias, como aquela de Maria Luiza de Oliveira Ferro¹⁰ e muitas outras que eram anunciadas e estabelecidas em locais diferentes das residências de suas proprietárias, as mercearias menores, como a de Nair Vieira, citada acima, poderiam aparecer literalmente como um alargamento do espaço físico da casa. Assim, significavam uma renda extra para as mulheres mais pobres ao custo de se verem divididas entre os afazeres da casa e as atividades do comércio, exercendo, às vezes, dupla ou tripla jornada de trabalho.

O fator econômico acabava diferenciando suas formas de participação no meio social. Aquelas que dispunham de maior capital financeiro desenvolviam suas atividades fora do lar e podiam promover relações de gênero distintas, ampliando seus espaços de atuação e rompendo com hierarquias sexuadas. Às mulheres mais pobres, na maior parte das vezes, restava um acréscimo de tarefas no espaço doméstico, enquanto o lucro obtido servia para complementar a parca renda familiar. De acordo com Samara (2006), desde o fim do século XIX, existiam ainda as que se lançavam em atividades fora do lar, mas, mesmo assim exerciam atividades desvalorizadas socialmente e mal remuneradas, tais como: jornaleiras, lavadeiras, engomadeiras e cozinheiras.

Desse modo, as formas de inserção das mulheres na cena pública não se restringiam ao âmbito das mercearias e se davam de maneira plural. A direção de alguns botequins por mulheres, por exemplo, chama a atenção quando confrontada com a lógica assinalada por Noélia Sousa:

[Por ser um local de] troca de experiências, de notícias, espaço de lazer especificamente masculino, o espaço do botequim era, por isso, desaconselhado para as mulheres. No Ceará, nenhuma moça ou mulher que pretendesse manter o respeito podia frequentar o botequim (SOUSA, 1997:158).

Segundo essa autora, havia no imaginário fortalezense uma divisão entre a casa e o botequim, sendo o primeiro concebido como espaço da mulher, da sutileza e da fragilidade, enquanto o botequim seria o lócus do masculino, do universo varão. A ingestão de bebida

¹⁰ APEC, Tribunal de Justiça, Ações Criminais, Ferimentos, Caixa-37, 1937/28.

alcoólica e o uso da violência física marcariam, inclusive, o momento de transição na vida do homem que sairia da adolescência para a fase adulta.

Entretanto, essa idealização do botequim acabava esbarrando em práticas diferenciadas que, postas em evidência, permitem assinalar sobre outras possibilidades de presença e de atuação nesse espaço. De fato, o botequim era um local privilegiado para trocas de experiências masculinas, mas também ali atuavam mulheres como a senhora Antonieta Maia Lima, dona de um botequim na Avenida Bezerra de Menezes, nº 281, anunciado no Guia da Cidade.¹¹

Embora elas fossem hoteleiras, donas de pensões, de mercearias e bodegas, isto é, atuando em espaços que poderiam parecer reproduzir papéis femininos tradicionais, limitando e condicionando o acesso das mulheres ao meio social de uma forma específica, ali se davam contradições e rupturas de gênero. Processo que resultava de um movimento lento, mas gradual, de mudanças nos limites e relações estabelecidas entre mulheres e homens fortalezenses e que, de maneira mais ampla, parecia ocorrer também no campo das profissões liberais, encarado por muito tempo como espaço masculino.

Retomemos o século XIX para entendermos a importância do processo de inserção das mulheres nas carreiras liberais no decorrer do século XX. Durante os novecentos, a predominância dos homens se dava em uma carreira comum para os grupos elitistas do país: os bacharéis em Direito:

É sabido que a elite política imperial era alimentada de uma cultura bacharelesca. Notadamente eram os bacharéis em Direito que formavam parcela significativa da elite dirigente do País. Muitas vezes a carreira da magistratura associava-se à carreira política servindo assim como a sua fonte capacitadora (OLIVEIRA, 2002:19).

A educação como elemento que aglutinava a elite e a distinguiu das classes mais pobres servia, no contexto imperial, para lançar aquele grupo bacharelesco à vida política. Com a mudança do regime político brasileiro da Monarquia para a República em fins do século XIX, a associação entre profissionais liberais e vida política foi sendo transformada gradualmente, voltando esses profissionais para uma dinâmica de trabalho diferenciada que atendessem à lógica impetrada pelo sistema capitalista.

O aumento da população e do espaço urbano fortalezense possibilitou que os profissionais passassem a destinar mais atenção à cidade, oferecendo serviços e constituindo

¹¹ BPMP, Obras Raras, Guia da Cidade de Fortaleza, 1939, p. 52.

outros modos de vida. Nesse contexto, foi se dando, aos poucos, uma ampliação da participação das mulheres nessas atividades, na medida em que:

[...] de luxo desfrutado apenas por uma pequena elite durante o século XIX, a educação feminina se tornou, no início do século XX, uma necessidade prática tanto para as mulheres urbanas quanto para a sociedade do Brasil em processo de rápida urbanização e industrialização (BESSE, 1999:122).

Todavia, esse avanço se deu de forma contraditória. Ainda que as instituições de ensino superior estivessem abertas às mulheres desde 1879, foi apenas em 1922 que o Colégio Dom Pedro se tornou misto. A importância dessa informação está no fato de que essa escola concedia os diplomas para ingresso em nível superior, isto é, se por um lado, em termos teóricos, aceitava-se a entrada das mulheres na educação, por outro, na prática, isso ocorria marcado por nítidas limitações de acesso.

Ainda segundo Besse, a educação das mulheres possuía fortes traços de conservadorismo. Aparecia mais como uma força socializadora, permitindo que atendessem às novas demandas urbanas, do que como força emancipadora, visto que suas ocupações se davam em duas perspectivas: ou em ofícios tradicionais, encarados como extensão do lar, ou em novos trabalhos de baixa remuneração e menor status social. Contudo, isso não era uma regra. Existiam experiências destoantes.

Sendo uma profissão de longa tradição ocupada por homens, a identificação de mulheres na condição de advogadas parece ter sido mais restrita do que em outras atividades. Os guias turísticos trazem nenhuma informação sobre a presença de mulheres nesse campo. Dos 69 advogados que anunciaram seus serviços, todos eram homens. Contudo, isso não implicava uma total ausência da participação de mulheres nessa atividade. A história de vida de Auri Moura Costa sinaliza justamente uma vertente contrária, em que a presença das mulheres possa ter ocorrido de forma efetiva, mesmo que de maneira reduzida.

Nascida em Redenção, no ano de 1911, Auri Moura Costa iniciou seus estudos em casa, com sua mãe Dona Isabel, como era de costume no século XIX e início do XX. Mais tarde, com a mudança de sua família para Fortaleza, cursou o ginásio no Liceu do Ceará, ingressando ainda na Faculdade de Direito, depois se transferindo para a Faculdade de Direito de Recife, onde concluiu o curso em 1933 (BARROSO, 1992).

A ausência de registros acerca dessa mulher nos guias da cidade pode ser explicada pelo fato de ela não ser uma profissional liberal, no sentido de prestar serviços mediante a contratação de clientes. Na hierarquia jurídica, Auri Moura Costa se apresentava em uma

posição diferenciada, por ocupar, pela primeira vez na história do país, através de concurso público, o cargo de Juíza Municipal, dos Termos de Várzea Alegre, Canindé e Cedro, já em 1939, para tornar-se, 29 anos mais tarde, a primeira desembargadora do Brasil

No tocante à conquista do direito de exercício da judicatura, a mulher brasileira antecipou-se, também, a francesa. Destarte, a prioridade coube a Dra. Auri Moura Costa, pertencente à magistratura cearense. Já tendo sido Promotor de Justiça em São Paulo e no Rio em 1935, depois de nomeada Juiz em Canindé, no Ceará, ficou no norte e ali exerce a magistratura que complementa com intensa vida social em benefícios dos presidiários de sua comarca, atendendo a diversos problemas que não bem conhece em teoria e que tantos elogios já tem merecido por parte de juristas internacionais com os quais mantém regular e assídua correspondência'(RODRIGUES, 1962:33).

A diferença entre ela e aqueles homens residia no funcionalismo de carreira brilhante, sendo este o motivo do seu registro não aparecer nos guias da cidade. Tornou-se ainda desembargadora, tendo seu nome dado ao presídio feminino da capital nos dias atuais.

A intensidade da vida pública dessa mulher, trocando correspondências com grandes centros, como Paris, Itália e México, onde “[...] muitos dos grandes criminalistas [ouviam] suas opiniões abalizadas”, afastava-a das idealizações acerca da representação do feminino que se fazia no período, engendrando um comportamento atípico para as mulheres desse momento (RODRIGUES, 1962: 33). Sua carreira profissional podia surgir mesmo como forma de inspiração e expectativa para aquelas que rejeitavam de algum modo a ideia natural da mulher reclusa às atividades do lar. Aliás, ela não estava sozinha nesse contexto de feminismo de primeira onda no Brasil.¹²

Como várias outras pioneiras, as experiências de Auri Moura Costa nos possibilitam pensar e problematizar a presença de mulheres em espaços vistos como de caráter eminentemente masculino. O âmbito do Direito, talvez em menor escala, bem como o de outras profissões liberais apontavam para formas de abertura social, visto que as histórias de vida dessas mulheres rompiam com as três dicotomias básicas levantadas e problematizadas por vários dos estudos feministas: natureza x cultura, trabalho x família e público x privado (SAMARA, 2003b).

Nessa perspectiva, não se limitando ao espaço doméstico e familiar e se projetando aos trabalhos externos no espaço público, também estavam algumas profissionais da área da saúde, como as dentistas, farmacêuticas e médicas. Ainda que, mais uma vez, a presença das

¹² Podemos assinalar o estudo desenvolvido por Zomer (2011), a respeito da vida de Leonor Castellano em Curitiba. Para a autora as ações e os escritos de Castellano significavam tanto uma tomada de lugar pra si como para os outros(as).

mulheres nesses ofícios, em termos numéricos, fosse menor que a dos homens, isso não reduzia a importância dessas experiências que apontavam para outra noção de feminino. Por um lado, o diminuto número de trabalhadoras na área da saúde sinalizava a continuidade da segmentação sexuada no mercado de trabalho e mesmo no acesso à educação, favorecendo os homens, mas, por outro lado, apontava para quebras, ainda que incipientes e localizadas, na imposição das limitações de gênero.

É dessa forma que podemos observar a presença efetiva de seis médicas fortalezenses no segundo quinquênio da década de 1930. Tendo seus nomes e ofícios divulgados nos almanaques e guias turísticos da cidade, essas mulheres engendravam comportamentos destoantes, ao parecerem compor formas originais de solidariedade feminina na dinâmica profissional e urbana, além de novos elementos na organização familiar.

Nesse sentido, era relevante a experiência de vida da Dra. Ida Santos Elery, casada com o também médico Mucio Elery. Mais do que o domicílio, esse casal dividia o consultório médico, compondo uma vida familiar onde marido e mulher ocupavam a mesma profissão e compartilhavam os mesmos espaços sem, aparentemente, haver uma hierarquia de poderes por conta do sexo. Nessa família, não apenas o homem, mas também a mulher se lançava no labor externo, tendo como base o nivelamento profissional. Na condição de médica, por diversas vezes o trabalho dessa senhora foi anunciado e reconhecido pelos registros de serviços da cidade: conforme podemos observar abaixo: “Ida Santos Eleri – especialista em moléstias de senhora - Edifício Granito, Sala13 – Rua Guilherme Rocha, 175, sob”.¹³

Todavia, não apenas anunciada, a Dra. Ida Santos se preocupava em se anunciar. Era dela a decisão de veicular e divulgar seus serviços e sua imagem, a fim de inserir-se na dinâmica urbana fortalezense, tão bem registrada nos guias turísticos da cidade. Tanto assim o era que, além da divulgação escrita no Guia de 1939, o anúncio textual que os editores do Almanaque de 1935 fizeram dos serviços daquela mulher, de forma pouco usual, vinha acompanhado por uma fotografia da mesma:

Dra. Ida Santos Elery
Ginecologia e Pediatria Obstetrícia. Consultório: Edifício Granito.
Consultas: 13 às 15:30 horas; Residência – rua 25 de Março, 697. Telefone: 1533.¹⁴

¹³ BPMP, Obras Raras, Almanques do Estado do Ceará, 1935-1937; BPMP, Obras Raras, Almanques do Estado do Ceará, 1937, p. 346.

¹⁴ BPMP, Obras Raras, Guia da Cidade de Fortaleza, 1939, p. 283.

Imagem 01



Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Obras Raras, Almanaque do Estado do Ceará de 1935.

Assim como as outras profissionais de saúde anunciadas, embora a Dra. Ida estivesse vinculada a tratamentos de mulheres e crianças, isso obrigatoriamente não implicava uma diminuição da importância de seus trabalhos. De fato, a qualificação pediátrica e a especialidade em moléstias de mulheres poderiam implicar uma forma específica, limitada ou primeira de acesso das mulheres às profissões na área da saúde. Todavia, não se tratava de uma especialidade desqualificada de exercício exclusivo das mulheres, visto que muitos eram os médicos homens que também faziam esse tipo de atendimento, tal como o próprio marido de Ida, o Dr. Mucio Elery.

Colocadas de maneira nivelada, talvez nesse aspecto as mulheres médicas pudessem dispor de mais vantagens que os médicos homens. Em uma sociedade profundamente marcada por aspectos do patriarcalismo, não deviam ser poucos os maridos que preferiam o atendimento de suas esposas por médicas mulheres, evitando a exposição dos seus corpos a outros homens, ainda que esses fossem médicos.

Enxergar no trabalho dessas mulheres uma simples extensão do que se considerava ser próprio da “natureza feminina”, isto é, do cuidado com o corpo e da atenção voltada para as crianças, como sugerem alguns estudos (BESSE, 1999), talvez seja reduzir a importância da quebra dos modelos de gênero que a experiência de vida delas parecia impetrar.

Quanto à nova e diferente prática de organização familiar, na qual o homem e a mulher exerciam os seus trabalhos fora da esfera do lar e sob a mesma profissão, Ida e Mulcio Elery não estavam sozinhos na cidade de Fortaleza. De forma semelhante era a vida da médica Elizabeth Sendey e de seu esposo Atila Sendey, os quais dividiam o mesmo consultório na Praça do Ferreira, número 604.¹⁵

O lugar que os médicos(as) escolhiam para atender seus pacientes possuía pequenas variações. Poderiam se instalar em prédios de atividade comercial mista, tal como o Edifício Granito, onde atendia a Dra. Ida Elery ou em ruas, avenidas e praças movimentadas, tal como fizeram Elizabeth Sendey e seu esposo. Contudo, conjugada à prática de vender medicamentos, era nas farmácias onde o maior número de médicos e médicas atendia.

Nessa perspectiva, pudemos evidenciar a sociedade comercial firmada entre Juliana Cavalcante e sua parenta Maria S. Cavalcante Nogueira. Formada em farmácia pela Faculdade de Medicina da Bahia, Juliana estabeleceu comércio próprio na cidade de Fortaleza ao pôr em funcionamento a então Farmácia Juliana.

Nela, além da venda de medicamentos e produtos químicos, funcionava o consultório da médica Maria S. Cavalcante. Mais do que um simples contrato comercial, havia nessa parceria uma prática de solidariedade entre essas mulheres a fim de afirmar seus espaços e suas presenças no campo da saúde.

No sentido de marcar e conquistar espaços é interessante observarmos a forma com que essas profissionais eram anunciadas e se anunciavam nos catálogos comerciais da cidade. Tal como Ida Santos Elery, elas autorizavam e forneciam informações para os anúncios no guia turístico, também possuindo suas imagens divulgadas gratuitamente nos almanaques do Estado. Nestes, a divulgação de seus serviços vinha reforçada por suas imagens conferindo-lhes maior destaque e autoridade, na medida em que surgiam com a imperiosa e respeitável indumentária que oficializava seus saberes: a beca.

Contudo, cabe aqui ressaltarmos um pequeno detalhe que acompanhava a fotografia da farmacêutica Juliana Cavalcante. De um lado, a beca sinalizava a posição singular e de autoridade que essa senhora buscava ocupar em um meio erudito e profissional ao ceder sua foto para o Almanaque de 1935. Por outro lado, sua imagem vinha contornada por desenhos de arranjos florais curvos, o que nos sugere uma ideia de associação dessa atividade ao feminino, fosse pela própria Juliana ou pelos editores e articulistas do almanaque.

¹⁵ BPMP, Obras Raras, Almanques do Estado do Ceará, 1935-1937.

Segundo Pedro e Wolf (2007) figuras arredondadas, curvas, círculos e flores apareciam como formas de valorizar o feminino mesmo nos anos de 1970.

Imagem 02



Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Obras Raras, Almanaque do Estado do Ceará de 1935, p. 71.

Imagem 03



Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Obras Raras, Almanaque do Estado do Ceará de 1936, p. 181.

Ao observarmos que essa divulgação era gratuita e, dessa forma, impetrada não por aqueles(as) profissionais, como no caso dos guias, mas pelos seus próprios editores, podemos lançar a hipótese de que eram eles que faziam as associações a outras imagens e desenhos. Dessa forma, a associação da imagem de Juliana Cavalcante às flores nos parece muito mais uma opção dos organizadores do almanaque que, assim, agregavam a essa profissão traços de feminilidade.

A inserção de Juliana no meio social e urbano fortalezense talvez nos sugira o caráter paradoxal constatado em outras partes do país por Susan K. Besse. Na medida em que se ampliavam as possibilidades de labor no espaço urbano, às mulheres eram viabilizados trabalhos que se acreditavam ser “funções compatíveis com a natureza feminina”, isto é, de paciência, atenção e cuidado com o outro (BESSE, 1999:153). As funções que teriam “traços femininos” seriam principalmente as de vendedora, secretária, decoradora, professora, assistente social, médica, farmacêutica, dentista, entre outras.

Contudo, é necessário que matizemos tal proposição. Se nos foi possível visualizar a presença de mulheres em determinadas profissões porque se acreditava que essas eram adequadas à “natureza feminina”, não devemos perder de vista que alguns desses ofícios, anteriormente, eram exercidos quase que exclusivamente pelos homens, enquanto em outros havia até mesmo disputas por espaços de atuação. Basta um rápido olhar sobre os registros dos profissionais de odontologia para deixarmos mais clara essa proposição. Mesmo com o cruzamento de informações presentes em diferentes fontes, foi apenas no final dos anos de 1930 que encontramos a presença de mulheres: dos 41 dentistas, quatro eram mulheres.¹⁶

De fato, havia certas profissões em que os seus exercícios pareciam se abrir mais facilmente para a atuação das mulheres, como no âmbito do ensino, na profissão de professor(a). Contudo, mesmo aí ocorriam disputas com os homens, de modo que esse não era um exercício próprio, peculiar e garantido às mulheres. O Almanaque de 1920 informava que o corpo docente aposentado naquele ano era de 127 profissionais: 36 homens e 91 mulheres.¹⁷

O próprio poder público, mediante suas ações, sugeria reconhecer algumas atividades como típicas de mulheres. Se, por um lado, tentava tornar circunscrito o âmbito de atuação de muitas mulheres, por outro, abria espaço para a qualificação profissional de algumas delas. Nesse sentido, são ilustrativas as vidas de Idelzuith Galvão e Nadir Moraes que, por meio de Decreto Lei, conseguiram em setembro de 1920 pensões anuais para aperfeiçoamento artístico no Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro, nos valores de 3:000\$000 e 1:800\$000, respectivamente.¹⁸

Assim, se no início dos anos 20, as profissões exercidas pelas mulheres pareciam estar mais fortemente restringidas a certas atividades, como no caso das professoras, na medida em que adentramos na década de 1930, foi-nos possível observar uma maior abertura e ocupação em outras atividades. Mais do que um processo ditado e controlado pelos homens, acreditamos que a ampliação e diversificação dos trabalhos das profissionais liberais compunham um movimento de inserção que enfatizava as contradições das relações de gênero, questionando-as e, muitas vezes, superando-as e pondo-as de lado.

Não estamos sugerindo que tal processo se deu de forma linear e homogênea, sem dificuldades para essas mulheres. Mas o simples fato de elas ocuparem trabalhos de maior prestígio social, bem remunerados e externos ao lar, engendrando comportamentos outros,

¹⁶ BPMP, Obras Raras, Guia da Cidade de Fortaleza, 1939.

¹⁷ BPMP, Obras Raras, Almanaque do Estado do Ceará, 1920, p. 100-113.

¹⁸ BPMP, Obras Raras, Almanaque do Estado do Ceará, 1920, p. 7.

pareceu-nos implicar dinâmicas de vida diferentes daquelas idealizadas em seus meios sociais. Mesmo não compondo movimentos feministas organizados, em relação aos códigos legislativos e às idealizações comuns, as experiências díspares dessas mulheres permitiram importantes avanços na dilatação das fronteiras de gênero e dos preconceitos relacionados ao sexo. Públicas experiências femininas que tornaram possíveis outras experiências públicas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROSO, Olga Monte. **Quem são elas**. Fortaleza: IOCE, 1992.
- BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940**. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo letrado em Fortaleza na década de 1870. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro; OLIVEIRA, Almir de et al. **Intelectuais**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p 15-40.
- PEDRO, Joana Maria. “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. **Revista História**. São Paulo: Editora UNESP, 2005c, vol. 24 (1), p. 77-98.
- _____; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e Círculo de Mulheres brasileiras de Paris. **ArtCultura** (UFU), v. 9, p. 55-70, 2007d.
- RODRIGUES, João Batista Cascudo. A Mulher Brasileira Direitos Políticos e Civis. **Coleção Mossoreense**, Vol. XI, Série C (Livros), 1962.
- SAMARA, Eni de. **Família, mulheres e povoamento**: São Paulo, século XVIII. SP: EDUSC, 2003b.
- _____. Mulheres chefes de família e de domicílio no Brasil: séculos XIX e XX. In: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura; AMARAL, Vera Lúcia. (orgs). **História econômica: reflexões e construção do conhecimento**. SP: Alameda, 2006c.
- SILVA FILHO, Antonio Luiz e. **Paisagens do consumo**: Fortaleza no tempo da Segunda Grande Guerra. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002a.
- SOUSA, Noélia Alves de. **A liberdade é vermelha?** Um estudo da violência contra as mulheres nas décadas de 20 e 30 do século XIX. São Paulo, 1997. 253 p. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP.
- ZOMER, Lorena. **História de uma "boa" feminista**: trajetória intelectual de Leonor Castellano em Curitiba, 1924-1967. Florianópolis, 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC.